

Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?

(BBC Brasil, 21/01/2016) Dados compilados pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR) mostram que mais de 70% de 1.014 casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado entre 2012 e 2015 são contra praticantes de religiões de matrizes africanas.



Mais de 70% dos casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado do Rio são contra pessoas de religiões africanas (Foto: Fábio Teixeira)

Divulgado nesta quinta-feira, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, o documento reacende o debate: por que os adeptos da umbanda e do candomblé, e suas variações, ainda são os mais atacados por conta de sua religião?

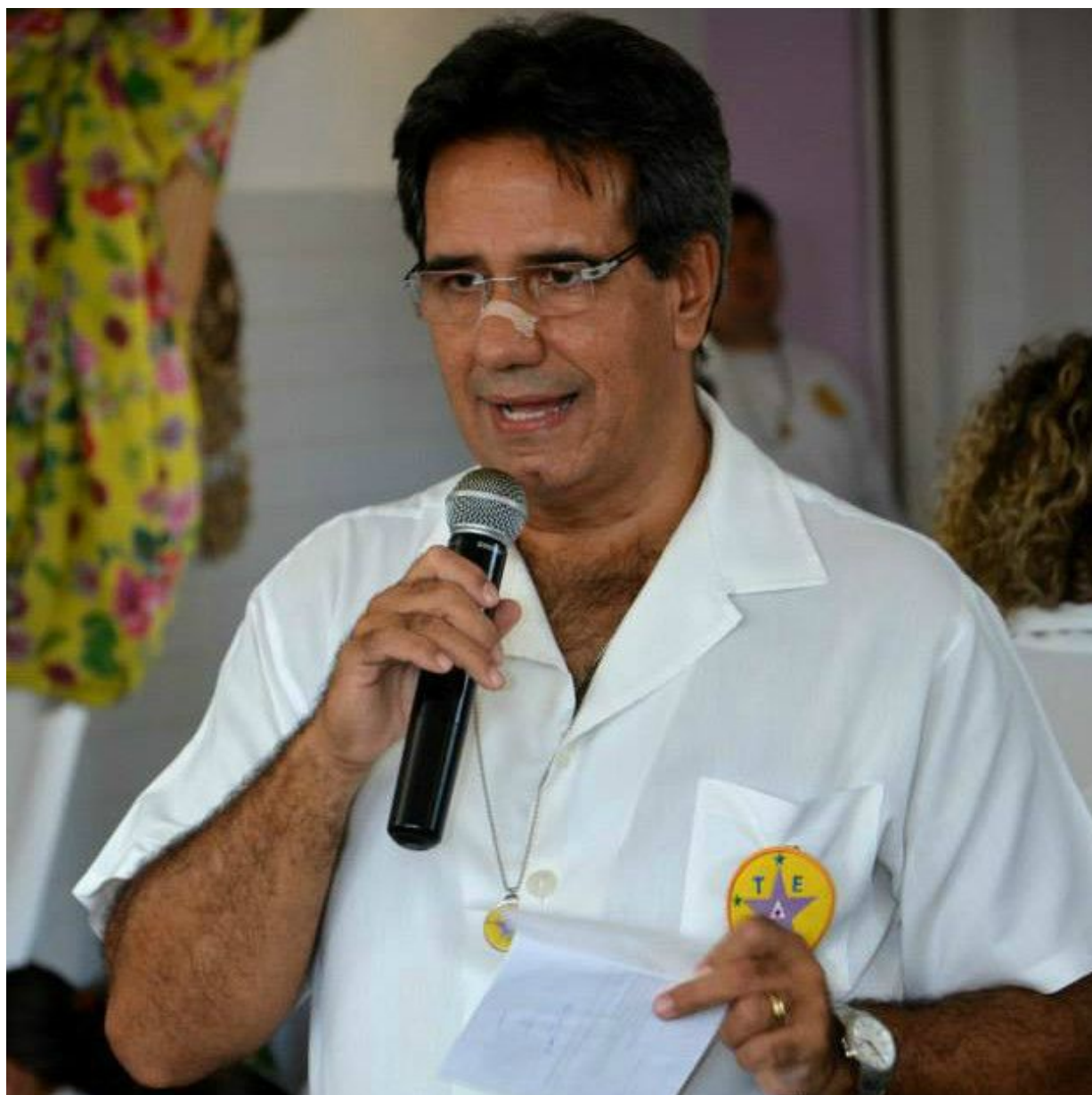
Leia mais: [21 de janeiro - Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa \(SEPPIR, 20/01/2016\)](#)

O tema ganhou as páginas dos jornais recentemente, em casos como o da menina Kaylane Campos, atingida por uma pedrada na cabeça em junho do ano passado, aos 11 anos, no bairro da Penha, na Zona Norte do Rio, quando voltava para casa de um culto e trajava vestimentas religiosas candomblecistas.

Também em 2015, no mês de novembro, um terreiro de candomblé foi incendiado em Brasília, sem deixar feridos. Na época, a imprensa local já registrara 12 incêndios semelhantes desde o início daquele ano somente no Distrito Federal.

A BBC Brasil teve acesso ao relatório da CCIR e ouviu especialistas sobre as razões da hostilidade contra as religiões de origem africana e o que pode ser feito.

Para eles, há duas explicações. Por um lado o racismo e a discriminação que remontam à escravidão e que desde o Brasil colônia rotulam tais religiões pelo simples fato de serem de origem africana, e, pelo outro, a ação de alguns movimentos neo-pentecostais que nos últimos anos teriam se valido de mitos e preconceitos para “demonizar” e insuflar a perseguição a umbandistas e candomblecistas.



Templo de Luiz Fernando Barros já sofreu tentativa de invasão e teve estátuas quebradas; filhos de santo já foram discriminados (Foto: Reprodução)

Relatório e dados

Os entrevistados destacam que, pela primeira vez, a CCIR, criada em 2008, aliou os dados estaduais a números nacionais, informações de outros institutos e relatos de três diferentes pesquisas acadêmicas.

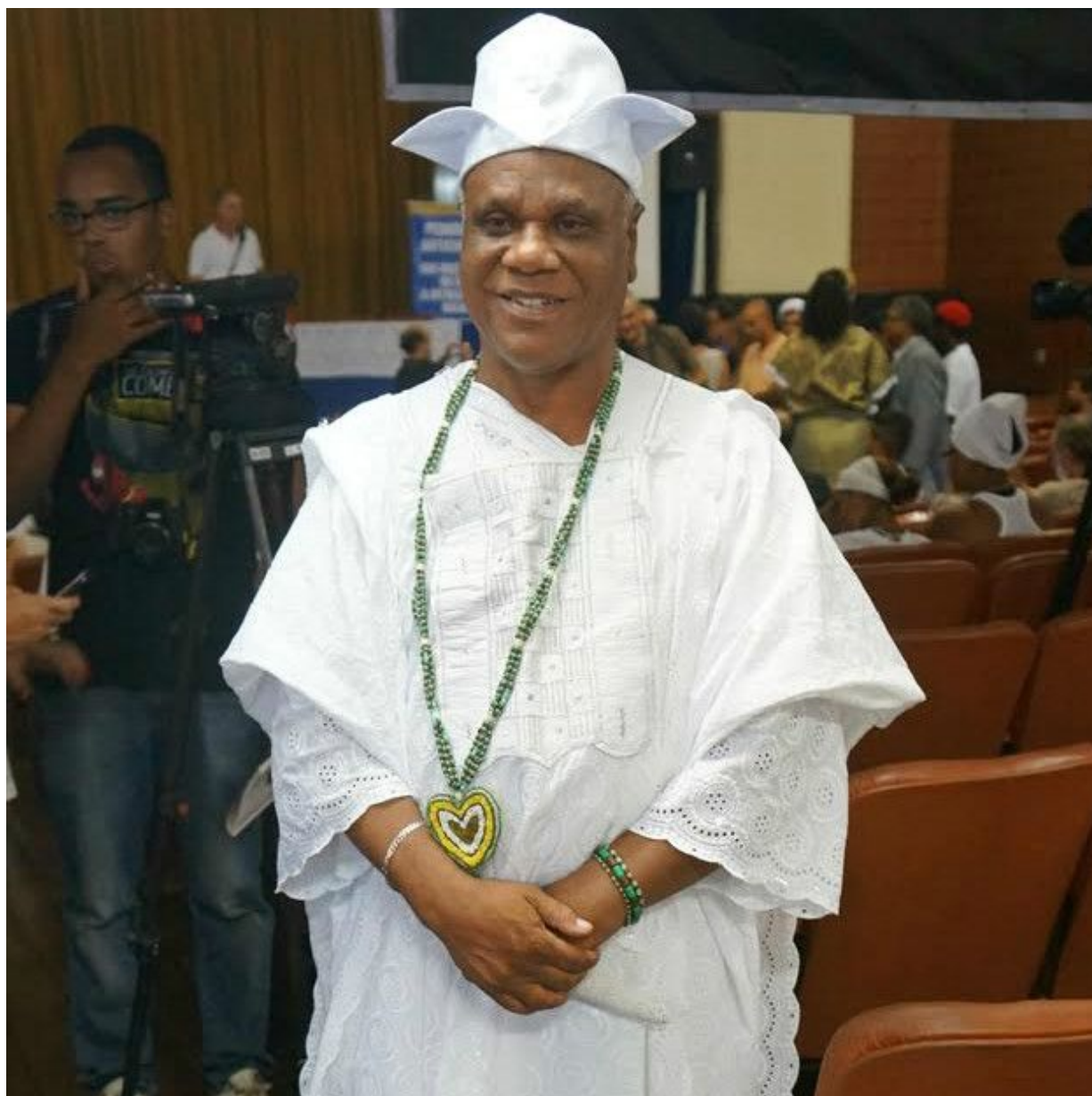
Os dados do Disque 100, criado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, apontam 697 casos de intolerância religiosa entre 2011 e dezembro de 2015, a maioria registrada nos Estados de São Paulo, Rio de

Janeiro e Minas Gerais. No Estado do Rio, o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir), criado em 2012, registrou 1.014 casos entre julho de 2012 e agosto de 2015, sendo 71% contra adeptos de religiões de matrizes africanas, 7,7% contra evangélicos, 3,8% contra católicos, 3,8% contra judeus e sem religião e 3,8% de ataques contra a liberdade religiosa de forma geral.

Dentre as pesquisas citadas, um estudo da PUC-Rio sugere que há subnotificação no tema. Foram ouvidas lideranças de 847 terreiros, que revelaram 430 relatos de intolerância, sendo que apenas 160 foram legalizados com notificação. Do total, somente 58 levaram a algum tipo de ação judicial.

O trabalho também aponta que 70% das agressões são verbais e incluem ofensas como “macumbeiro e filho do demônio”, mas as manifestações também incluem pichações em muros, postagens na internet e redes sociais, além das mais graves que chegam a invasões de terreiros, furtos, quebra de símbolos sagrados, incêndios e agressões físicas.

Ivanir Costa, babalaô registrado há 35 anos e iniciado na Nigéria há 11 anos, está envolvido com a luta contra a intolerância há mais de duas décadas, e encabeçou a redação do relatório, como presidente da CCIR.



Coordenador do relatório da comissão da Alerj, Ivanir Santos diz que é preciso pressionar o Estado para resguardar direito de liberdade religiosa (Foto: Reprodução)

Ele diz que a própria ausência de dados consistentes nacionais, que dialoguem entre si, e a subnotificação dos casos, são indícios de como o tema ainda precisa ser levado mais a sério no Brasil.

“Há alguns avanços isolados em lugares como o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, mas estamos muito aquém do que precisa ser feito neste setor”, diz o religioso, que recebeu em 2014 o Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República pelo trabalho na comissão.

Racismo e neo-pentecostais

Para Francisco Rivas Neto, sacerdote e fundador da Faculdade de Teologia com Ênfase em Religiões Afro-Brasileiras (FTU), baseada em São Paulo e a única reconhecida pelo Ministério da Educação como formadora de bacharéis no tema, é impossível dissociar a intolerância do preconceito contra o africano, o escravo e o negro.

“Os afro-brasileiros são discriminados, preconceituados, para não dizer demonizados, por sermos de uma tradição africana/afrodescendente. Logo, estamos afirmando que o racismo é causa fundamental do preconceito ao candomblé e demais religiões afro-brasileiras”, diz.



A menina Kailane Campos (à dir.)r foi agredida em 2015 por estar portando vestimentas religiosas; caso teve ampla repercussão (Foto: Reprodução)

Já a pesquisadora Denise Pini Fonseca, historiadora, ex-professora da PUC-Rio e co-autora do estudo que visitou os mais de 800 terreiros fluminenses, acredita que a origem da intolerância esteja muito mais conectada à crescente influência de alguns grupos neo-pentecostais no país.

“É claro que o racismo tem influência, mas acredito que é muito mais forte o discurso de alguns movimentos neo-pentecostais que são na realidade um

projeto teo-político que se apropria de símbolos muito poderosos para atingir seus interesses, e que elegeram as religiões de matrizes africanas como alvo”, diz.

João Luiz Carneiro, doutor em ciências da religião pela PUC-SP, especialista em teologia afro-brasileira pela FTU e autor do livro *Religiões Afro-brasileiras: Uma construção teológica* (Editora Vozes), defende que os dois fatores estariam completamente conectados. “A ligação entre esses dois fatores está muito bem resolvida na academia. As razões profundas na questão racial e o discurso neo-pentecostal que reforça no imaginário popular que é o macumbeiro, o sujo, o que faz o mal”, indica.



Adeptos praticam religião no Terreiro Templo do Oriente, na Zona norte do Rio; muitos já sofreram discriminação, diz líder Luiz Fernando Barros (Foto: Reprodução)

Para ele, é nítido o processo histórico em que boa parte do que é produzido pelo negro brasileiro é desumanizado, desvalorizado ou considerado estranho, exótico, folclórico, e a ascensão do discurso de alguns neo-pentecostais que estimula a visão da religião africana como ligada ao culto ao demônio, diabo, satanás, rituais satânicos, macumba ou que fazem o mal.

Ed René Kivitz, pastor da Igreja Batista, formado em Teologia e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e que integra o movimento Missão Integral - que congrega diferentes lideranças evangélicas -, acredita que os casos de intolerância no país são localizados e “fazem parte de um recorte de tempo muito específico que estamos vivendo”.

“Não faz parte da índole do povo brasileiro e nem da índole cristã, quer seja católica ou evangélica. E evidentemente não faz parte da índole do Evangelho”, disse ele à BBC Brasil em junho de 2015, após o ataque à menina Kaylane, no Rio.

“Acho que é algo isolado, mas preocupante também para a imagem da Igreja Evangélica, que está sofrendo muito por conta de lideranças radicais que estão construindo no imaginário da sociedade brasileira uma ideia do ser evangélico que não corresponde à grande parcela da nossa população que se identifica como evangélica.”

Casos de intolerância

Luiz Fernando Barros, de 52 anos, já experimentou diversos exemplos de intolerância ao longo dos 37 anos em que atua como religioso da umbanda.

“Já coloquei minha roupa branca religiosa no trabalho e vi que as pessoas queriam caçar, fazer pouco dos meus valores espirituais. Temos filhos que frequentam escola pública e não podem usar as contas (colares religiosos). Já tive estátuas quebradas no meu templo, tentativas de invasão. Uma irmã nossa foi demitida de um hotel na Zona Sul do Rio quando a gerente descobriu que ela era de umbanda. Não foi o argumento oficial, mas ficou nítido para ela”, conta.

Ele foi um dos vários pais de santo que revelaram à BBC Brasil em reportagem publicada no ano passado que se viu forçado a aumentar a segurança de seus terreiro após repetidas invasões. Um deles, Pai Costa, de 63 anos e há 45 atuando como líder religioso, já tinha sofrido três invasões na época e teve de gastar R\$ 4.500,00 em sistemas de vigilância.



Tradicional oferenda a deuses africanos; para especialistas, há mitos e preconceito sobre rituais de religiões de matrizes africanas (Foto: Reprodução)

Outro exemplo é o de Pai Márcio de Jangun, babalorixá, advogado e escritor iniciado há 36 anos no candomblé e com terreiro aberto há 15 anos. Ele diz que a intolerância pode ser sutil e parte do cotidiano, o que também configura discriminação e crime, apesar de não envolver violência física.

“Já me recusaram vender flores quando perceberam que seriam usadas em terreiro de candomblé. No transporte público, a pessoa se levanta por não querer ficar sentada do seu lado, se benze. É algo que infelizmente faz parte do cotidiano e que os praticantes de religiões africanas lidam todos os dias

no Brasil”, diz.

No relatório da CCIR há casos como a invasão e depredação do centro de umbanda “A Caminho da Paz”, no Cachambi, na Zona Norte do Rio, em fevereiro de 2015, assim como incêndios e destruição de estátuas no Distrito Federal. Também são documentados xingamentos contra crianças judaicas num clube de elite da Zona Sul do Rio, na Lagoa, durante as Mascabadas, olimpíadas de colégios judaicos de todo o país, e o ataque a uma professora de teatro que recebeu uma pedrada na perna aos gritos de “muçulmana maldita” uma semana após os atentados à sede da revista *Charlie Hebdo*, em Paris, no início do ano passado.

Papel do Estado

Um dos objetivos de aumentar o escopo do relatório da CCIR é chamar a atenção para o problema e nacionalizar o debate, além de pressionar Estados e o governo federal para a implementação de políticas públicas mais efetivas. Outra meta é cobrar a execução da legislação já existente, que tipifica o crime de intolerância religiosa.



Lideranças e praticantes contam que apenas portar vestimenta tradicional e símbolos e adereços já é suficiente para despertar intolerância nas ruas (Foto: Reprodução)

No Rio de Janeiro, apesar de alguns avanços pontuais, os especialistas cobram a implementação de uma delegacia especializada, aprovada por lei em 2011 mas ainda sem previsão para sair do papel. São Paulo e Distrito Federal já criaram tais espaços.

Consultado pela BBC Brasil, o governo fluminense confirmou que “não há previsão para a criação” da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância como determinou a Lei Estadual 5931, aprovada em 25/03/2011. O governo ressaltou, no entanto, papel pioneiro com a criação do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos, em 2012, e disse que todas as delegacias de polícia do Estado estão aptas a registrarem casos de intolerância religiosa.

Na visão dos especialistas, este é justamente um dos principais problemas. “Quando a pessoa vai a uma delegacia, o policial registra a queixa como briga de vizinho, rixa, ameaça. Falha ao não aplicar a lei de intolerância religiosa, que prevê a tipificação penal adequada”, diz o professor André Chevarese, do Instituto de História da UFRJ, que coordena o Laboratório de História das Experiências Religiosas.

“Além disso, juízes tendem a ser condescendentes, não punem da forma adequada. O Estado falha ainda ao não educar melhor, não incluir mais o ensino sobre África, sobre religiões de matrizes africanas, sobre a importância das culturas africanas para a construção do país”, diz.

Ivanir Costa, da CCIR, diz que ao longo do tempo já presenciou a entrega de documentos às mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, e que ouviu promessas, mas até agora falta vontade política para implementar medidas nacionais mais eficientes, a exemplo do que foi colocado em prática na questão da violência contra a mulher.

“Não temos órgãos que acolham denúncias e orientem vítimas em todos os Estados. Não temos uma base de dados nacional, os números são muito discrepantes ao redor do país. Há pouquíssimas delegacias. Delegados, policiais e juízes descumprem a lei. É um cenário muito incipiente ainda”,

avalia.

Jefferson Puff

Acesse no site de origem: [Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil? \(BBC Brasil, 21/01/2016\)](#)

Fé e Afeto: especial do site UOL fala sobre religião e homossexualidade

(UOL, 17/01/2016) A ciência e a maioria dos países já se convenceram que não há nada de errado em ser homossexual. Agora é a vez das religiões. Este século 21 assiste a uma abertura lenta, mas contínua, dos templos. O papa Francisco já pediu o acolhimento deles nas igrejas católicas. Denominações presbiterianas e metodistas celebram casamentos gays. Igrejas anglicanas e luteranas ordenam bispos com essa orientação. No Brasil, há um grande crescimento das chamadas igrejas inclusivas, seguidoras de uma teologia que prega que a diversidade humana é uma obra divina. A primeira surgiu em 1998. Atualmente no país existem mais de 30 diferentes denominações. Mas, por aqui, os evangélicos gays estão no meio do tiroteio que os cristãos tradicionais e a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Transgêneros) estabeleceram nos últimos anos, quando os homossexuais passaram a exigir direitos e proteção do Estado. Mesmo criticados pelas duas trincheiras, eles mostram que é possível uma comunhão entre fé e afeto.



Clique na imagem e assista ao vídeo

Culto gay dispensa o “kit crente”: conheça

Todas as religiões do mundo exaltam a sinceridade e a fraternidade, mas poucas aplicam esses valores diante de pessoas que amam outras do mesmo sexo. Primeiro, as igrejas exigem que os gays ocultem e reneguem suas atrações. Depois, se eles não conseguem, são discriminados, punidos ou expulsos das igrejas. Religiosos adoram uma revelação divina, mas não desse tipo.

Lanna Holder e Rosania Rocha sentiram a provação na carne. Quando se apaixonaram, elas viviam em casamentos heterossexuais (Rosania com um pastor) e cuidando dos filhos. “Deus é um ser de amor, não é um juiz implacável. Fiquei anos fazendo jejuns, orações e terapias de regressão à infância para reverter meu desejo e não funcionou. Só quando a Rosania estava perto de mim eu estava bem. Isso foi um sinal divino”, relata Lanna.

Depois que se separaram de seus maridos, foram chamadas de “sem-vergonha”, “safadas” e “endemoniadas” por aqueles que eram seus irmãos de fé. Lanna não era mais chamada para pregar. Ninguém mais convidava a

cantora Rosania para os louvores. Mas a via-crúcis delas teve também uma redenção: em 2011 o casal fundou em São Paulo a igreja Cidade de Refúgio, uma das denominações inclusivas que mais atraem principalmente os fiéis “convidados a se retirar” de outros templos.

Confira a íntegra do especial [Fé e Afeto](#)

Rodrigo Bertolotto

Acesse no site de origem: [Fé e Afeto: especial do site UOL fala sobre religião e homossexualidade \(UOL, 17/01/2016\)](#)

A constituição das identidades de gênero no espaço escolar com os perpasses do discurso religioso

(Geledés, 29/10/2015) Na pós-modernidade, as releituras incessantes na academia de estudiosos(as), as análises das práticas cotidianas, bem como são encaradas as minorias identitárias ao longo de toda a História Social provocaram pertinentes debates sobre temas-tabus, que por influência de alguns discursos que regulam e controlam a moral social, a práxis social, sob influência, velada ou latente, de uma postura castratória da Igreja ou de frentes que exercem o poder, tem possibilitado um feito positivo e mobilizado setores os mais variados nessa sociedade mais crítica, mais aberta aos diálogos que algumas de outrora; mais inquieta diante de algumas

proposições e teorias plasmadas ao longo de um grande processo histórico. Essas leituras deram lugar a reflexões e revisões de posturas institucionais perante determinados sujeitos, que desde sempre foram invisibilizados e, de certa forma, legitimaram suas reivindicações por equidade e reconhecimento.

O fato desses sujeitos terem obtido dado reconhecimento de sua diferença, de sua posição específica em meio a um formato ideológico e a um aparelhamento político regulador, forçosamente conduziu a Educação à necessidade de gerir um plano pedagógico no qual essas subjetividades fossem consideradas e quiçá, estimuladas, mesmo num ambiente cuja tendência é a tentativa de uniformização dos sujeitos, onde o padrão eurocêntrico de ser e agir é o hegemônico, isto é, o ser hétero, branco, cristão, e cristão-católico romano, e, que de preferência resida nos centros europeus. Neste sentido, tudo isso contribui para que esse sujeito possa corresponder ou não às expectativas de um dado discurso que perpassa o processo de ensino e aprendizagem.

Toda essa abertura da sociedade em relação às demandas desses sujeitos representaram um clamor de um setor que sempre se viu à margem de um perfil ideal à religião, ao comércio e às mais simples situações sociais, visto serem postos como minorias identitárias, os exóticos, os estranhos, os *de fora*. Estes grupos sociais demandaram, historicamente, visibilidade e reconhecimento de suas identidades.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser

conhecido como “política de identidades” (LOURO, 2000, p.4).

Disputas acadêmicas e políticas deram origem, inicialmente nos Estados Unidos da América, a movimentos tidos por liberacionistas feministas e gays e a Revolução Sexual. Em seguida surgem às margens do movimento feminista branco e de classe média, assim também como às margens do movimento gay branco e de classe-média, um outro movimento que reclama notoriedade, o movimento ‘*queer*’, dando conta do substrato feminista-gay ainda sob rechaço, sujeitos como os portadores de HIV+, negros (as), imigrantes latinos (as) e de outras nacionalidades, profissionais do sexo e pessoas de ideologias políticas de esquerda. A retirada da homossexualidade, da lista de enfermidades da Sociedade Psiquiátrica Estadunidense em 1973, e estudos sobre sexualidades começam a emergir, Michel Foucault na sua *história da sexualidade*, em sua *vontade de saber* (1998, 1999), trabalha um ponto bastante pertinente a essa pesquisa, que é a compreensão de uma nuance consideravelmente importante da genealogia do sujeito: Sua sexualidade.

Os aspectos políticos-sociológicos desse novo reordenamento das identidades sexuais numa perspectiva de subjetivação, atingiram de cheio a Educação e suas Instituições afins, provocando debates, suscitando deslocamentos e subversões de paradigmas.

No Brasil, as lutas sociais travadas por direitos das minorias identitárias (coletivo LGBTQ), que buscam o reconhecimento dos seus direitos, tanto da identidade de gênero quanto da orientação sexual provocaram igualmente os grupos sociais, as frentes de lutas sociais a favor do coletivo LGBTQ a inserir na sigla que representa o movimento, outros conceitos apontando para uma nova forma de política de gênero, para além da cultura heteronormativa. Assim sendo, a nossa sociedade sofreu novo impacto no tocante aos posicionamentos dos gêneros e sexos, trazendo à tona reflexões sobre hermetismos, sobre hegemonias, e, conseqüentemente de opressão e negação dos sujeitos do lado oposto ao dominante-dominador, das margens.

O ser humano, através da inculturação, cria padrões e estereótipos de gêneros, que em suma são construções socioculturais, que se apreende e nada tem a ver com a biologia humana. Para uma compreensão da

constituição da identidade de gênero, deve-se levar em conta o legado de Derrida, sobre o desconstrucionismo, as hegemonias, as oposições binárias. Se nas oposições binárias sempre há um centro, no caso da oposição homem/mulher, com toda certeza o centro será o homem, à guisa da cultura heterossexista, machista, patriarcal o que reforça o conceito de o segundo elemento (mulher) ser posto como marginal, secundário, reprimido e alvo de sanções sociais, por parte das Instituições que têm por governantes, elementos do centro. O coletivo LGBTQ carrega um histórico complexo e sofrido em questões de acessibilidade, de reconhecimento de sua dignidade, forçando-lhe muitas vezes a manter-se à margem das margens, segregado e excluído.

Pesquisas realizadas sobre a evasão de sujeitos do coletivo LGBTQ, numa perspectiva de aplicação de práticas educativas suscitadas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE, 2006), apontam essa evasão como um produto decorrente de situações de preconceito e discriminação de gênero.

Em seu artigo *Corpo, Escola e Identidade*, Guacira Louro (2000) argumenta a favor de um reposicionamento no qual esse corpo esteja em harmonia com as concepções culturais, que partem desde o ponto de vista da biologia ao construcionismo social. E reitera como consequência da invisibilidade de algumas *identidades, algumas gozarem de privilégios, legitimidade, autoridade; outras serem representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas.*

Como sabemos há dentre o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os chamados Cadernos de Temas Transversais, publicados pelo MEC em 1998, e que até o momento ainda são a única referência oficial sobre as questões de gênero em âmbito educacional. Isto só aponta para uma necessidade cada vez premente de nós, educadores, termos em conta o grande número de estudantes que trazem consigo à comunidade escolar, seus sonhos, suas frustrações e incompreensões socioafetivas e que esperam que na escola possam eles ser acolhidos com a devida atenção e que serão sujeito de direitos e deveres como todos(as) e que contribuirão à sua maneira ao enriquecimento dos processos educativos.

Grande relevância às reflexões sobre as constituições de gêneros, os

processos educativos, práticas pedagógicas realizadas por Louro (ano); Butler (ano); Scott (ano); De Lauretis (ano) e muitos outros e outras fizeram emergir debates sobre a necessidade de se elaborar práticas não sexistas e que pudesse combater o ciclo de desigualdades e sublevação de gênero. Todavia, isso ainda está em status de andamento e muito precisa ser feito e refletido, sopesado e aplicado com procedimentos razoáveis e teórico-metodológicos que operem numa perspectiva de respeito e equilíbrio (LOURO, 2004a, p.110-127).

Já se disse, muitas vezes, que sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso me leva a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar nossos modos de pensar e de aprender, de conhecer e de estar no mundo em processos mais prazerosos, mais efetivos e mais intensos. (LOURO, 2004b, p. 72; 2004c, p. 28).

Mediante o que foi exposto, a preocupação que se nos atravessa enquanto educadores para além de uma educação sexista é saber como estão sendo preparados esses educadores para recepção dos (as) alunos (as) integrantes do coletivo LGBTQ. E ainda compreender como esses alunos (as), identificados (as) com essa temática por questões ontológicas se sentem enquanto sujeitos do devir e, nós, educadores, simplesmente como poderemos nos posicionar, no sentido de mostrar, uma prática educativa que seja capaz de transpor os dogmas religiosos, os pontos específicos de determinado doutrinamento, e/ou os regimentos hegemônicos e culturais em detrimento desses sujeitos que reclamam para si, visibilidade, reconhecimento e valorização.

Daí surgir o anseio de querer conhecer como se dá a constituição das identidades de gênero no âmbito escolar frente a questões dos doutrinamentos religiosos, e/ou os regimentos hegemônicos e culturais.

Como professor da rede estadual e municipal de ensino na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco, tenho conhecimento de que o único documento oficial direcionado a essa temática em nosso estado é o de “Orientações Curriculares em Educação em Direitos Humanos” que designa

um eixo temático com “Promoção da igualdade entre gêneros e diversidade sexual”, apresentando apenas sete páginas destinadas a tais orientações.

Nesse momento, fui levado por uma inquietação por desejar compreender a constituição das identidades de gênero no espaço escolar das escolas da rede estadual de Caruaru. Visto que pelo fato de essas identidades se apresentarem profundamente fluidas e complexas, e não haver estudos e leis que as contemplem satisfatoriamente, reforçando a inviabilidade de um anexo de sete páginas em satisfazer a formação e orientação dos professores em poder responder às questões variadas e dinâmicas desses processos de identificação de gênero, deixando assim uma lacuna conceitual e científica, abrindo pressupostos de discursos outros, inclusive os religiosos fundamentalistas, discriminatórios, preconceituosos. Nesse sentido, queremos investigar quais discursos atravessam essa constituição de identidades? Qual o discurso predomina? Há influência de um discurso religioso? Se há, de que forma ele contribui para essa constituição? Ele opera no sentido a favorecer uma acolhida numa perspectiva de valorização dessas subjetividades ou se manifesta através de uma prática pedagógica punitiva?

Este texto segue a linha teórica dos estudos pós-estruturalistas do discurso (LACLAU; MOUFFE), dos estudos sobre gênero e sexualidade ou pedagogia queer (LOURO; BRIZTMAN; BUTLER) e dos estudos culturais (OLIVEIRA, Anna; SILVA, Tomaz Tadeu;).

É importante para obter uma compreensão do problema suscitado neste texto, bem como refletir à luz de alguns teóricos que nos legaram discussões teórico-metodológicas que abriram pressupostos e condições de possibilidades dentro das estruturas e conceitos pós-estruturalistas, um empenho em abrir-se ao debate, despir-se de toda tentativa de conclusão em matéria de sexualidade e gênero. Assim sendo, é interessante que se analise à luz da teoria do discurso, de Laclau e Mouffe, as implicações de um dado discurso, no campo da Educação. As pesquisas realizadas nesse campo, no Brasil, em meados de 1990, graças à influências de autores que abertamente rompiam com certas visões tradicionais e formatadas sobre os discursos que atravessam a Educação, especialmente, gerou um pensamento que recebeu o nome de pós-moderno, pós-estruturalista ou ainda pós-crítico. (Backes; Pavan

2011; Paraíso, 2004; Silva, 1999).

Após várias crises no campo filosófico, crise política, perda de referenciais no âmbito das artes, forças governamentais, “crise de utopia nos anos 90”, instabilidades; alguns grupos de minorias identitárias demandam visibilidade, “novas” identidades vão se apresentando na esfera social, grupos coesos e incitados por ideais comuns, demandas comuns: como *os negros, os gays, os ambientalistas*, os ligados às igrejas, o movimento feminista (...), começam a despontar como autocríticos de seu *status quo* e, tencionam romper com a visão de uma sociedade que não os via inseridos nos contextos (ideia de classes), não reconhecia seu valor no sentido de colaboração econômica (economicismo), e que ainda não conseguiu lhes enquadrar nas instituições-padrão, como igreja, escola, família tradicional, negando assim sua funcionalidade para o desdobramento das estruturas sociais. Como lemos em Oliveira, G, Oliveira A, Mesquita R., (2013, p.1), fatores que:

Contribuíram para a emergência e o reconhecimento, no contexto social, de diversas novas identidades, demandas, movimentos e atores sociais (feministas, negros, gays, ambientalistas, jovens da periferia, grupos culturais, religiosos, etc.) que escapavam em grande medida, ao alcance das ferramentas de análise social oferecidas pelas perspectivas tradicionais, predominantemente economicistas, classistas, institucionalistas e/ou funcionalistas. (OLIVEIRA, G; OLIVEIRA, A; MESQUITA, R., 2013)

A Educação começa a buscar respostas a questionamentos que levantam aqueles sujeitos numa perspectiva de abertura, mediante uma leitura foucaultiana, em perspectivas pós-críticas. O que possibilita muito perceber conexões ou disparates existentes entre o discurso que perpassa a educação e situações didático-pedagógicas decorrentes de tais discursos. A teoria pós-estruturalista do discurso, contribuirá no tocante a nos fazer entender que uma dada realidade passível de análise, mesmo sendo uma realidade investigada pela ciência se produz discursivamente, *sofre* influência considerável dos vários discursos que atravessam essa dada realidade, bem como de seus “condicionantes e mecanismos próprios do campo simbólico e político da linguagem”. Daí termos em Laclau, um *discurso* que se plasma e apresenta significados alternantes, de acordo com sua constituição

metalinguística e legado sociocultural. A teoria supõe uma pesquisa mais rígida, dividida em fases bem delimitadas e se preocupa em levantar em que condições e situações os discursos emergem, o que lhes facilita dada manutenção.

Toda essa preocupação em compreender a realidade, sua constituição complexa, discursiva e dinâmica possibilita com que novos papéis de alguns sujeitos antes invisibilizados no contexto educacional, especialmente aqui no intento desse projeto, sejam redesenhados numa perspectiva de associação dessas concepções pós-críticas com as políticas, produto desses mesmos deslocamentos e a teoria do discurso (Laclau e Mouffe, 2001, In).

A cultura desempenha papel constitutivo na vida social. As práticas sociais não são apenas influenciadas pela cultura, são atravessadas por ela, por um campo de produção e negociação de significados. Isso exige das ciências humanas e sociais uma revisão de seus métodos de pesquisa, outros olhares e posturas em relação aos seus objetos de estudo e ao papel do (a) pesquisador (a), uma vez que esse (a), ao mesmo tempo que toma a cultura como seu objeto de estudo, está inserido (a) na própria cultura, portanto, seu trabalho precisa responder aos desafios colocados pela história, pela sociedade. (OLIVEIRA, A., 2009, p.8).

Na Educação, os estudos de gênero/Pedagogia “queer”, bem como a noção de escola cidadã que no dizer de Paulo Freire é aquela escola que se assume como um centro de direitos e deveres, espaços esses que oferecem igualmente contribuições e provoca debates e mais deslocamentos, a escola como um lugar de fabricação de prática cidadã, coerente com o discurso formador e libertador. Uma escola onde seus sujeitos possam ser eles mesmos, Sem tensões, sem autoritarismos entre outras visões e debates, aparece na escola o delicado estudo de gênero, as teorias de gênero, uma premente necessidade de a partir de leituras com enfoques pós-estruturalistas, revisar posicionamentos sobre estudos sobre sexualidades e gêneros. Visto que a sexualidade atualmente, à guisa de uma mudança psicológica da sociedade moderna, de um apelo midiático fortemente direcionado à essas questões, outrora mais escondidas pela força dos discursos que regulam a moral social, demandarem por parte dos educadores

maior atenção.

Indo de encontro aos estudos pós-estruturalistas e à teoria do discurso de Laclau e Mouffe, a teoria queer emerge com a necessidade de afirmar que a sexualidade dos sujeitos sociais se constitui em processo dentro de realidades distintas e que os *papeis* sexuais não há em essência, nem de forma biológica mas são variáveis, podendo um indivíduo desempenhar um ou vários deles. A teoria queer, possibilita abertura para análise de todos as forma de atividades sexuais e problematiza bem como contesta identidades tidas por “normais” e as “desviadas”.

Essa teoria nos servirá para perceber que esses *novos sujeitos* não se enquadram mais nesses modelos educacionais clássicos, que o coletivo LGBTQ que vêm à escola, vem com toda uma significativa pressão da mídia, dos grupos de amizade, das redes sociais, que contribuem para identificação e troca de experiência. Na escola faz-se necessário uma reelaboração curricular que não apontem membros desse coletivo como portadores de ‘gênero desviante’, um currículo que corrija e legitime uma orientação sexual em detrimento de outras.

A teoria queer se distingue justamente dos estudos gays e lésbicos no que diz respeito à mudança social, visto que o ser gay na sociedade moderna foi *normalizado* e ela tem como interesse problematizar conceitos como o travestismo, transsexualidade, intersexualidade e ainda culturas sexuais não hegemônicas, que subvertem as normas sociais acerca de comportamentos sexuais e envolvimento afetivos. Transgressões, subversão de padrões hegemônicos, o fato de estar no entre-lugar do posicionamento sexual padrão, na *diáspora* da normatização sexual, são elementos relevantes da teoria queer.

Fala-se de uma pedagogia queer, como mola de sustentação da elaboração de um currículo que visibilize esses sujeitos, que estão *em massa* nas escolas, apenas vistos em sua biologia e classificados como pertencentes ao grupo de meninos e meninas, supervalorizados nesses aspectos biológicos e negligenciados em sua integralidade corpórea. A pós-modernidade, (tendência estética que rompe com os modelos clássicos da formas modernas, Guacira) apresenta o ser humano com um amálgama de

identidades, nesse sentido a pedagogia queer considera as possibilidades, as intervenções das diversidades como construção de nossas identidades. No seu artigo *Corpo, Escola e Identidade*, (Louro 2000), vislumbra a dualidade tradicional que separa a natureza e a cultura e nos mostra que como o corpo está localizado no âmbito da natureza, os aspectos culturais são irrelevantes, postos numa categoria inferior. Ao tentar fazer elisão entre essas realidades, Guacira, inventa uma *centralização* de uma análise de gênero e sexualidade, sopesando teorizações que apontam ao construcionismo identitário, deslocando-o do ponto de vista determinista e biológico para a esfera de possibilidades de engendramentos sociais.

Assumo que, tal como o gênero, a raça ou a classe, a sexualidade também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura. Em consequência, algumas identidades gozam de privilégios, legitimidade, autoridade; outras são representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas. Fazendo uso de depoimentos e registros etnográficos, demonstro como se dá a produção de identidades “normais” e identidades “marcadas”; comentando, finalmente, os desafios que a multiplicidade de grupos e “tribos” juvenis coloca para as análises dicotômicas e polarizadas. (LOURO, G., 2000 p.6)

Louro, assim como teóricos culturais, acenam para o fato de que todas as identidades sociais terem caráter “fragmentado, instável, histórico e plural”.

As Ciências Humanas, que surgem da experiência humana mesma e tencionam teorizar e organizar o pensamento filosófico, as artes, História, a Literatura, etc. Em todos os segmentos das Ciências Humanas, o eixo comum é a compreensão das relações sociais em suas mais variadas esferas e possibilidades, mediante os discursos que perpassam tais esferas sociais. Assim como uma classificação aponta, elas são denominadas de não exatas, pela grande marca de subjetivação, demonstram complexidades, assim como as próprias identidades sociais demonstram em sua constituição identitária. Relacionadas às Humanas, estão as Ciências Sociais, que se distinguem daquelas, justamente por acentuar a análise do homem/mulher, como sujeito social. Para essas análises serem expressivas, os (as) pesquisadores (as), geralmente dispõem de vasto instrumental que lhes possibilite um estudo de

seus objetos com mais enfoques, sob distintas nuances e perspectivas.

Benedito Leite de Souza Júnior

Acesse no site de origem: [A constituição das identidades de gênero no espaço escolar com os perpasses do discurso religioso \(Geledés, 29/10/2015\)](#)

Nota de repúdio da Seppir sobre intolerância religiosa

(Seppir, 18/09/2015) A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) repudia veementemente os ataques desferidos contra comunidades tradicionais de matriz africana em todo o Brasil.

Recentemente, ataques motivados pela violência religiosa foram praticados contra casas de matriz africana nas cidades de Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas, no estado de Goiás, mas sabemos que estes não são casos isolados.

Também há pouco tempo, o país ficou chocado com o ataque a uma família brasileira praticante de uma religião de matriz africana no Rio de Janeiro. Uma criança foi apedrejada, o que evidencia o grau de violência envolvida no acontecimento. O motivo da agressão é, tão somente, que essa família integra uma comunidade que segue as tradições e visões de mundo africanas que vieram para as Américas no período escravista e que permanecem vivas no Brasil até hoje, compartilhadas por milhões de pessoas.

Outro caso recente envolveu o falecimento de Mãe Dede de Iansã, na Bahia, uma senhora já idosa, que sofria agressões sistemáticas de pessoas que a acusavam de praticar uma seita demoníaca. O infarto que Mãe Dedé sofreu é

interpretado como resultado da tristeza e sofrimento causado pela situação. Independente da causa mortis dessa liderança tradicional, a SEPPIR lamenta essa perda, e aponta o componente racista desses ataques muitas vezes interpretados apenas como intolerância religiosa.

O povo brasileiro tem liberdade de culto assegurada desde a República Velha, no século XIX. Mas as práticas religiosas de povos e comunidades de matriz africana e de terreiros seguiram sendo reprimidas e desvalorizadas. Por décadas foi exigido que casas tradicionais tivessem registro na polícia para permissão de funcionamento, por exemplo. Essa condição de segunda cidadania explicita o racismo contido nos ataques feitos a essas comunidades, crime que vai além da tolerância ou não a uma prática religiosa.

Os povos tradicionais de matriz africana e de terreiros se reconhecem como unidades de resistência cultural no país. Esses coletivos se caracterizam pela manutenção de um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios marcados pela vivência comunitária, pela ajuda mútua, pelo acolhimento e pela prestação de serviços sociais.

A SEPPIR, por meio da Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, envidará esforços para que sejam apurados os fatos dessas e de outras agressões sofridas por esses povos e suas comunidades, que são importante patrimônio cultural do Brasil e da humanidade. É fundamental que o país esteja unido para enfrentar o racismo em todas as suas manifestações, como forma de construirmos uma sociedade democrática e sem discriminação racial.

Acesse no site de origem: [Nota de repúdio da Seppir sobre intolerância religiosa \(Seppir, 18/09/2015\)](#)

Papa autoriza perdão católico a mulheres que abortaram

(G1, 01/09/2015) Padres poderão perdoar mulheres que os procurarem. Medida é mais recente passo para promover Igreja mais aberta e inclusiva.

O Papa Francisco vai dar permissão a todos os padres para perdoar formalmente as mulheres que tiveram abortos e buscarem perdão durante o Ano Santo da Igreja Católica, que vai de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

Leia mais:

[Olhares sobre Francisco, editorial do jornal Folha de S. Paulo \(Folha de S. Paulo, 03/09/2015\)](#)

[17,5 mil abortos e um alerta: procedimento clandestino pode levar mulheres à morte \(Correio da Paraíba, 28/08/2015\)](#)

[Justiça do Rio autoriza aborto de feto com má formação genética \(Jornal do Brasil, 27/08/2015\)](#)

A medida é o mais recente passo do Papa argentino para promover uma igreja mais aberta e inclusiva.

Em uma carta publicada pelo Vaticano nesta terça-feira (1º), Francisco descreveu o “calvário existencial e moral” enfrentado por mulheres que terminaram sua gravidez, e disse que conheceu “tantas mulheres que carregam em seus corações a cicatriz dessa decisão angustiante e dolorosa”.

Na doutrina católica, o aborto é um pecado tão grave que aqueles que o realizam ou sofrem são excomungados automaticamente.

O aborto só pode ser formalmente perdoado pelo confessor chefe de uma diocese - conhecido pelo termo italiano “penitenziere” - ou por um missionário cristão, disse o padre Ciro Benedettini, porta-voz do Vaticano.

Acesse no site de origem: [Papa autoriza perdão católico a mulheres que](#)

Nas redes sociais, feministas evangélicas se unem contra duplo preconceito

(Folha de S. Paulo, 31/07/2015) “Somos meninas e temos orgulho disso. Discordamos de inúmeras coisas, mas quem aqui foi feito pra apenas concordar? Feministas. Lutamos contra a opressão de milênios de história, e por essa razão somos um pouco loucas. Ainda que revolucionárias, cremos em um Deus soberano e cheio de amor, que traz a todos, mulheres e homens, a misericórdia e a graça, igualmente, sem distinção.”

Em grupos de Facebook, mulheres de diversas denominações evangélicas estão se reunindo para falar sobre o desafio de serem feministas. A descrição acima pertence ao maior deles, “Feministas Cristãs”, com 400 membros.

“Nos sentimos minoria tanto dentro da igreja quanto dentro do movimento (feminista)”, disse à BBC Brasil Thayô Amaral, de 21 anos, criadora do grupo. Segundo a publicitária goiana, a motivação para criar uma comunidade fechada foram discussões em outros grupos feministas.

“Perguntam como podemos ser cristãs se as religiões cristãs oprimem as mulheres há milênios. Nós tentamos mostrar que existe a religião e existe a fé. A minha fé é a cristã, mas isso não significa que eu concorde com a opressão que a religião impõe às mulheres”, afirma.

“No grupo, podemos discutir coisas que não conseguimos nem no meio feminista, por sermos cristãs, e nem no meio cristão, onde sofremos bastante rejeição.”

Nos limites “seguros” da comunidade, elas falam sobre passagens da Bíblia que consideram machistas ou feministas, compartilham vídeos “problemáticos” das suas próprias igrejas, mas também exaltam pastores e padres considerados progressistas e tiram dúvidas sobre doutrinas religiosas.

Assuntos como masturbação, aborto, laicidade do Estado e homossexualidade também entram no debate - e provocam discordâncias.

“Acontece muito de as meninas entrarem no grupo, verem os posts e dizerem: ‘aqui tem coisas sobre as quais eu sempre quis falar, mas nunca pude, porque nunca achei ninguém que estivesse disposto a falar comigo sobre isso’, afirma Thayô.

‘PACIÊNCIA’

Para Thayô, a maneira “não positiva” como evangélicas são confrontadas em discussões sobre temas polêmicos nos grupos feministas - “mesmo com boas intenções” - pode afastá-las do debate. Isso acentua a rejeição que muitas sentem dentro das próprias comunidades religiosas.

“O mais frequente no grupo são meninas que não estão se encaixando (nas igrejas), mas não querem se afastar e deixar de praticar sua fé”, afirma. Ela mesma, que participava da Igreja Cristã Evangélica do Brasil, diz ser hoje uma cristã pós-denominacional - que não frequenta nenhuma denominação específica.

A dificuldade de conciliar os questionamentos feministas com as doutrinas religiosas também motivou as amigas Jordanna Castelo Branco, de 31 anos, e Guísela Araújo, de 36 anos, a buscarem denominações evangélicas mais inclusivas.

“Eu nasci na igreja Batista, cresci na Assembleia de Deus, fui para a igreja Nova Vida e hoje sou de uma comunidade chamada Libertas, que é uma igreja mais alternativa dentro da igreja Presbiteriana”, diz Jordanna.

“Desde adolescente, eu questionava o papel da mulher: por que tinha que ser criada para ser uma boa dona de casa se, na escola em que eu estudava, homens serviam o almoço e o jantar? Por que eu não podia usar calças jeans

na igreja, se eram muito mais confortáveis? Por volta dos meus 16 anos, havia muitas cobranças para que eu andasse maquiada e soubesse cozinhar. E o meu questionamento causava espanto.”

Depois de um período afastada dos cultos, ela decidiu voltar e diz estar mais satisfeita com o diálogo dentro da nova comunidade. Mesmo assim, declarar-se feminista ainda foi um problema.

“Quando eu comecei de fato a me identificar como feminista e assumir isso, eu já estava na Libertas. Mesmo assim, foi uma confusão. Alguns começaram a debochar, as meninas me criticaram. Foram dois amigos homens da igreja, que são mais ligados a movimentos sociais, que me defenderam. E aí a discussão começou e, algum tempo depois, outras mulheres começaram a se assumir como feministas também”, conta.

A fluminense Guísela Araújo assumiu-se como feminista após uma tragédia pessoal. Em 2010, sua irmã foi assassinada por um ex-namorado. Hoje, ela diz sentir que não encontra um lugar “nem dentro da igreja, nem fora”. Mesmo assim, pretende continuar tentando.

“Estou buscando uma igreja, porque é difícil encontrar um espaço em que eu consiga atuar com liberdade, dentro das coisas que eu acredito. Nasci na Assembleia de Deus, mas falar de feminismo lá é muito complicado. A igreja é onde eu quero estar porque acho que há muito a ser feito.”

No entanto, ela diz que resposta de outras feministas em debates sobre religião desestimula o ativismo. “Em várias discussões na internet mesmo, vejo que não dão muito valor ao meu discurso porque sou cristã. E nem acreditam que uma mulher possa fazer a escolha pelo cristianismo”, afirma.

“Eu até entendo as mulheres evangélicas que torcem o nariz para o feminismo porque não conhecem. E acho que poderiam ter mais paciência e boa vontade com as feministas. Mas acho também que falta às feministas mais paciência e boa vontade com as religiosas. A tolerância é algo que a gente vai construindo.”

FEMINISTA PERFEITA

Segundo a cientista política Rayze Sarmiento, da UFMG, os embates com a religiosidade de algumas mulheres não significam que o feminismo é intolerante. “É um pouco natural que esses embates ocorram. A própria história do feminismo é lidar com as diferenças e com questões muito sensíveis”, disse à BBC Brasil.

“Quando o feminismo surge como bandeira política, é marcado pela história de vida das mulheres brancas e de classe média. As líderes feministas negras, por exemplo, diziam que tinham dificuldade de lidar com os homens no movimento negro e com as brancas no movimento feminista.”

“Mas isso não o torna o movimento mais frágil, pelo contrário. Essas diferenças o tornam um movimento muito potente, até porque desmistifica a ideia de que todas as mulheres são iguais”, conclui.

A publicitária carioca Luíse Bello, de 26 anos, no entanto, reclama do que diz ser “uma visão muito superficial sobre as igrejas evangélicas no Brasil” em debates dos quais participou.

“Na igreja que eu frequento desde criança nunca enfrentei nenhum problema por ser feminista. Tive muito mais problemas me assumindo evangélica em algumas ocasiões do que dizendo que sou feminista na igreja”, afirma.

Para ela, a resistência aos evangélicos é mais forte “por causa de uma bancada conservadora no Congresso, porque muitas igrejas evangélicas estão na TV colocando seus discursos e pela maneira estereotipada” como são retratados pelos meios de comunicação.

“Frequento uma denominação com uma doutrina rígida em alguns aspectos. Realmente, se a gente for pegar as coisas que são esperadas das mulheres segundo a doutrina, elas não se encaixam muito com algumas ideias do feminismo. Mas eu fazer parte da igreja não faz de mim menos feminista”, diz.

“Você diz que é evangélico e logo vem à cabeça a imagem de alguém que é um tonto doutrinado e não consegue enxergar além do que o pastor fala. Isso me cansa muito. Eu sou de uma igreja que é completamente apolítica. Não podemos, pela doutrina, misturar Estado e religião. Isso as pessoas nem

sabem que existe.”

Grupos como o “Feministas cristãs”, ela diz, ajudam a lidar com os dilemas de quem tenta conciliar as duas posições.

“Eu não sou uma feminista perfeita. Eu também não sou uma cristã perfeita. Eu quero ser, estou me esforçando. Mas eu sou uma pessoa. Eu não tenho todas as respostas.”

Camilla Costa

Acesse o PDF: [Nas redes sociais, feministas evangélicas se unem contra duplo preconceito \(Folha de S. Paulo, 31/07/2015\)](#)

Umbanda: líderes falam sobre a intolerância religiosa

(CartaCapital, 14/07/2015) Em entrevista à #tvCarta, o sacerdote Pai Salun, presidente da Federação de Umbanda, e os dirigentes espirituais Caio Marcelo Affonso e Laura Gonçalves Aragute, do Terreiro de Umbanda Pena Vermelha, falam da intolerância religiosa que eles e outros seguidores da religião são obrigados a enfrentar.

Acesse no site de origem: [Umbanda: líderes falam sobre a intolerância religiosa \(CartaCapital, 14/07/2015\)](#)

Intolerância não tem graça, por Bernardo Mello Franco

(Folha de S. Paulo, 21/06/2015) Na comédia “Em Busca do Cálice Sagrado”, de 1975, o grupo britânico Monty Python faz piada com o fundamentalismo cristão na Idade Média. Em uma cena famosa, a população de um vilarejo veste uma mulher com trajes de bruxa, prende em seu rosto um nariz de bruxa e exige que ela seja queimada na fogueira. Afinal, trata-se de uma bruxa, grita a multidão enfurecida.

O noticiário da última semana lembra o filme, mas não tem graça nenhuma. No Brasil de 2015, a intolerância religiosa está mostrando sua face em ataques a terreiros, cemitérios e até a crianças.

Em poucos dias, fanáticos apedrejaram uma menina de 11 anos que voltava de um culto de candomblé, danificaram o túmulo do médium Chico Xavier e atacaram um templo carioca de umbanda, destruindo a imagem de uma santa.

Os episódios ocorreram na mesma semana em que a Câmara começou a discutir um projeto que transforma o “ultraje a culto” em crime hediondo. No texto, o deputado evangélico Rogério Rosso ataca a Parada Gay e afirma que o país vive uma onda de “cristofobia”.

Os fatos sugerem que há sim uma ofensiva de intolerância, mas os principais alvos são outros: homossexuais e praticantes de cultos de matriz africana. O clima de ódio é alimentado por pregadores radicais, que tratam a orientação sexual alheia como afronta, bradam contra “demônios” e chamam religiões afro de “feitiçaria” e “macumba”.

Alguns líderes evangélicos já deram o bom exemplo ao repudiar os atos de violência, mas também é preciso barrar iniciativas que visam mudar as leis com base em interpretações literais da Bíblia.

Em outra comédia do Monty Python, “A Vida de Brian” (1979), o protagonista é confundido com Jesus e termina cantando do alto de uma cruz. A depender

de parte dos nossos legisladores, o filme seria proibido no Brasil, e os humoristas estariam na cadeia.

Acesse o PDF: [Intolerância não tem graça, por Bernardo Mello Franco \(Folha de S. Paulo, 21/06/2015\)](#)

Com mãe evangélica e avó mãe de santo, jovem que levou pedrada ganha apoio de deputados

(O Globo, 18/06/2015) Comissão de Direitos Humanos quer identificar os autores do crime

As agressões a Kayllane Campos, menina de 11 anos que levou uma pedrada no domingo após sair de uma festa de candomblé, ganharam um novo capítulo na manhã de ontem. A caminho do Instituto Médico Legal (IML) para prestar exame de corpo de delito, a garota ouviu novos insultos. Os gritos de “vai queimar no inferno” e “macumbeira” vinham de um homem e chocou a jovem, que tem em casa experiências bem diferentes das intolerâncias que sofreu na rua.

Neta de espírita e filha de uma evangélica, Kayllane vê em sua família que a base de todas as religiões é o respeito. Karina Coelho, mãe da menina, afirma que os agressores erroneamente se escondem atrás da religião:

— O sentimento que tenho é de indignação. Ela é uma criança. Quem tacou pedra são vândalos que se escondem atrás da palavra de Cristo. Não é isso que a gente aprende na igreja.

O barracão onde Kátia Marinho, avó de Kayllane e mãe de Karina, atua como mãe de santo fica embaixo da casa da filha, que já foi frequentadora do local. Convertida a uma igreja evangélica há dois anos, Karina não vê conflito entre a sua crença e a do resto de sua família.

— Entrei na igreja porque passei a me sentir bem lá, mas minha mãe é do candomblé, minhas filhas são do candomblé. Eu as respeito e elas me respeitam — afirma Karina, que se mantém reservada em suas declarações e não informa a que igreja pertence. — Vou falar com meu pastor. Não quero expor nada sem conversar com ele. Mas estou sempre ao lado da minha filha.

Kátia concorda com a filha e tem receio que o episódio ganhe proporções prejudiciais para ambas as crenças:

— Estão transformando isso em uma ofensa direta às igrejas evangélicas. Trata-se de um grupo de fanáticos, que não pode ser confundido com o todo. Fiquei muito feliz com toda a campanha de solidariedade que estão fazendo, mas os insultos de hoje (ontem) me deixaram receosa. É uma criança, que se tornou pública e alvo.

Apesar do receio com os novos acontecimentos, a mãe de santo afirma que não vai desistir. Uma foto sua divulgada em redes sociais, em que afirma ter orgulho de usar o branco, já ganhou mais de dez mil compartilhamentos:

— Eu não vou desistir. Há muito preconceito a ser debatido. É necessário e importante que todos tenham direito de expressarem suas religiões. O que aconteceu com minha neta foi uma violência lamentável.

Kayllane tinha desistido de usar o branco em público após a pedrada. O medo a fez declarar que continuaria frequentando as sessões de candomblé, mas que não usaria mais as vestimentas de sua fé na rua. Após conversas com um psicólogo, a garota resolveu que voltaria a usar a indumentária. No caminho para o IML, a avó conta que a jovem recebeu apoio de desconhecidos antes de sofrer os novos insultos.

— Agora, ela está apavorada. Vamos precisar conversar novamente, com mais calma, e lhe dar mais tempo — diz Kátia.

Após o exame de corpo de delito, a família foi até a Assembleia Legislativa, onde a Comissão de Direitos Humanos fez uma sessão sobre o caso. Entre as deliberações, ficou resolvido que os deputados acompanharão as investigações e que as lideranças evangélicas da Casa assinarão uma nota de repúdio à violência contra a menina.

‘AGORA TEMOS QUE IDENTIFICAR OS AUTORES’

A sessão ocorreu um dia após o babalaô Ivanir dos Santos, representante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, criticar a falta de posicionamento das lideranças evangélicas:

— Foi muito importante ver que todos os deputados evangélicos se prontificaram a assinar a nota de repúdio a esse crime. Agora, temos que identificar os autores. Essas pessoas não cometem esse tipo de atrocidade do nada.

Para Ivanir, é necessário identificar as igrejas que esses jovens frequentam e ver se as lideranças produzem discursos de ódio.

— Eles devem ter sido incentivados a ter esse tipo de visão. É um ato muito violento e gratuito. É um ensinamento do ódio — afirma Ivanir.

A rixa entre algumas denominações das igrejas evangélicas e o espiritismo e as religiões afro é vista como natural no âmbito religioso pelo pastor Omar Silva da Costa, presidente do Conselho Nacional de Pastores:

— A verdade está na Bíblia e ela condena quem evoca os espíritos dos mortos. Existem bilhões de anjos caídos do céu, que alguns denominam como demônios ou capetas, que vieram para atormentar a sociedade. A igreja cristã é a sucessora dos discípulos de Cristo e, tal como ele, também vai exorcizar aqueles que, como aponta o livro do Apocalipse, evocam espíritos de mortos, os anjos caídos, os demônios.

Na concepção do pastor, o erro no episódio envolvendo Kayllane está no uso da violência

— É necessário pedir desculpas à família e à menina. Eram pessoas que

estavam no afã de fazer o bem, mas faltou sabedoria cultural, estudo. A igreja cristã não está autorizada a usar a violência. Seus fiéis têm que orar por esses anjos caídos — afirma o pastor Omar.

Para Karina, evangélica e mãe da menina que levou uma pedrada, não há justificativa para a intolerância religiosa:

— Eu condeno as pessoas que fizeram isso. Não há justificativa. Elas não representam a minha religião. Para representar, você tem que amar o próximo, e elas, ao tacarem uma pedra em uma criança, não fizeram isso.

Raphael Kapa

Acesse o PDF: [Com mãe evangélica e avó mãe de santo, jovem que levou pedrada ganha apoio de deputados \(O Globo, 18/06/2015\)](#)

Líderes religiosos repudiam pedrada em menina candomblecista

(O Globo, 16/06/2015) Garota de 11 anos foi alvejada após sair de uma festa de candomblé na Vila da Penha

“Vai queimar no inferno”. Foi ao ouvir esta frase, pega de surpresa, que Kaylane Campos, de 11 anos, colocou a mão na cabeça e sentiu o sangue escorrendo por ela. A garota, que saía de uma festa de candomblé na Vila da Penha no domingo vestindo a indumentária de sua religião, junto com um grupo de amigos, levou uma pedrada de um grupo que, com Bíblias em punho, insultava os praticantes da religião afro-brasileira.

— Eles estavam com a Bíblia na mão e chamavam todo mundo de “diabo”, dizendo que Jesus estava voltando. A gente nunca tinha vivido algo assim. É

muito preconceito gratuito. Ela está com medo de usar a roupa branca na rua. Diz que vai continuar praticando (o candomblé), mas está com medo — afirmou Kátia Marinho, avó da menina, que publicou uma foto na internet com o cartaz: “Eu visto o branco da paz. Sou do Candomblé. E você?”.

Leia mais: [Com mãe evangélica e avó mãe de santo, jovem que levou pedrada ganha apoio de deputados \(O Globo, 18/06/2015\)](#)

O caso será avaliado pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR-RJ) por meio do babalaô Ivanir dos Santos, interlocutor do grupo:

— Essas agressões são cotidianas em todo o país. Nós vamos identificar os agressores para que eles possam responder criminalmente. E faremos na sexta-feira, na Vila da Penha, um ato de repúdio a esta violência contra uma criança.

Logo após o episódio, Ivanir recebeu solidariedade de representantes das religiões judaica e católica. Ele cobrou um posicionamento de líderes evangélicos.

— Essa pedra atingiu mais do que nós, membros do candomblé, ela atingiu o silêncio dos líderes evangélicos. É muito importante para a comunidade evangélica se posicionar neste momento, para que não fique parecendo que uma minoria representa o todo.

EVANGÉLICO PREGA SOLIDARIEDADE

Sérgio Mendes, representante da Associação Evangélica Beneficente, repudiou a intolerância e a violência praticada contra Kaylane.

— É lamentável o que aconteceu. Nós, evangélicos, pregamos pelo amor. O ensinamento de Cristo é amar ao próximo. É necessário ler, estudar e entender a religião para praticar esses ensinamentos. Quem fere uma criança não está seguindo os preceitos que Cristo ensinou.

Sérgio afirmou que desconhece os posicionamentos das diversas ramificações da comunidade evangélica, mas se disse solidário à menina e à comunidade

de que ela faz parte.

— A crítica feita sobre a falta de posicionamento é válida, mas me coloco solidário e disposto a ir a atos. Não posso falar dos outros, a comunidade evangélica é grande e com linhas teóricas bastante divergentes, mas a maioria quer e prega o amor — afirma Sérgio.

O caso foi registrado na 38ª DP, em Irajá, que informou, em nota, que a menina e os parentes prestaram depoimentos. O episódio foi registrado como lesão corporal, baseado no artigo 20 da lei 7.716, que trata sobre a prática, a indução ou a incitação a preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

A delegacia afirmou que fará diligências para localizar imagens e testemunhas que possam auxiliar na identificação dos autores do crime.

Kátia, avó da menina, espera que a justiça seja feita.

— Não se pode viver com tanto preconceito. É muito assustador o que está acontecendo.

Raphael Kapa

Acesse o PDF: [Líderes religiosos repudiam pedrada em menina candomblecista \(O Globo, 16/06/2015\)](#)